

21 de Agosto de 2017

O conteúdo das matérias é de inteira responsabilidade dos meios de origem

A missão da ADIMB é a de promover o desenvolvimento técnico-científico e a capacitação de recursos humanos para a Indústria Mineral Brasileira



VALE CONTINUA NA LIDERANÇA DO MINÉRIO DE FERRO

A Vale segue com folga na liderança da produção e exportação de minério de ferro. O volume de embarque anualizado de minério de ferro mostra que a mineradora brasileira embarcou 363 milhões de toneladas de minério de julho de 2016 a junho deste ano

A Vale foi seguida pela Rio Tinto, com 362 milhões de toneladas; BHP, com 231 milhões; e a Fortescue Metals Group (FMG), com 170 milhões de toneladas. Esses valores incluem o minério de terceiros e, no caso da Rio Tinto, não inclui a produção da Iron Ore Canadá.

O pior desempenho trimestral para as quatro maiores exportadoras de minério de ferro foi no primeiro trimestre deste ano. Os primeiros trimestres são tipicamente os piores devido ao inverno na China, que fica no Hemisfério Norte, enquanto os produtores de minério ficam no Hemisfério Sul. Durante o inverno, as atividades de construção, principal consumidor de aço, na China são diminuídas, bem como a atividade das siderúrgicas.

Neste ano, as mineradoras australianas, Rio Tinto, BHP e FMG, tiveram problemas adicionais com o tempo. O ciclone Debbie afetou portos e ferrovias, impedindo durante alguns dias a exportação de minério de ferro e de carvão em março deste ano. Esses efeitos climáticos são comuns na Austrália no primeiro trimestre.

A Vale também atribuiu a problemas climáticos o desempenho abaixo do esperado no Sistema Norte e a redução da produção no Sistema Sul no primeiro trimestre do ano, "principalmente devido a paradas para modificar o processamento de úmido para seco nas minas do complexo de Mina Itabirito. A produção foi 2,4% menor do que no 1T16, devido à qualidade do ROM sendo extraído atualmente das frentes de lavra do complexo de Vargem Grande".

A produção da Vale mostra que a empresa está dentro da faixa da meta para o ano de 2017, que vai de 360 Mt a 380 Mt. A Rio Tinto, que usa o mesmo ano fiscal que

a Vale, reduziu sua meta superior de 340 Mt para 330 Mt, devido a problemas climáticos e de embarque.

Fonte: Notícias de Mineração

Autor: Alexildo Vaz

Data: 11/08/2017



VICENTE LÔBO DEFENDE MEDIDAS PARA REVITALIZAÇÃO DO SETOR MINERAL BRASILEIRO

Secretário participou do seminário “Medidas Provisórias do Programa de Revitalização da Indústria Mineral Brasileira”

“Nós vamos defender na íntegra as medidas encaminhadas ao Congresso Nacional para revitalizar o setor mineral brasileiro. Fizemos o possível para desenhar uma porta para o futuro do setor. Agora temos que nos unir”, afirmou o secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, Vicente Lôbo, ao participar do seminário “Medidas Provisórias do Programa de Revitalização da Indústria Mineral Brasileira” na quinta-feira (10/08) em Brasília.

Lôbo explicou que foram apresentadas 492 emendas parlamentares às Medidas Provisórias. Do total, 104 tratam da criação da Agência Nacional de Mineração (ANM); 250 emendas abordam Código de Mineração; e 138 da cobrança da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cefem). O secretário destacou que pelo menos ¼ das emendas apresentadas referem-se a proposições de conteúdo semelhante.

Vicente Lôbo também defendeu que a criação da ANM vai contribuir para melhorar o atendimento ao minerador e explicou que das 104 emendas, grande maioria trata da Taxa de Fiscalização de Atividades Minerárias (TFAM), competências da agência, diretoria colegiada, quadro de pessoal e atos normativos e seus efeitos (consultas e audiências públicas). Sobre as mudanças propostas do código de mineração, Lôbo observou que as 250 emendas tratam de processo de disponibilidade; oferta de garantias financeiras e contratação de seguro (barragens/fechamento de mina), questões ambientais, responsabilidade do minerador e penalidades aplicadas em decorrência do descumprimento de dispositivos da legislação mineral.

Para a MP da Cefem, o secretário defendeu a proposta do governo e disse que das 138 emendas apresentadas, 62% (86 emendas) abordam as alíquotas. Já a base de cálculo da cobrança recebeu 35 emendas e a distribuição dos royalties entre os entes da Federação recebeu 28 emendas.

O seminário promovido pela Associação Brasileira de Pesquisa Mineral (ABPM), contou com a participação de representantes do governo, da iniciativa privada, parlamentares, do diretor-geral do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), Victor Bicca, e dos diretores da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), Jose Carlos Garcia Ferreira e, Antônio Carlos Bacelar.

Fonte: Ministério de Minas e Energia – ASCOM

Data: 11/08/2017

Bloomberg

ANTES LOBOS SOLITÁRIOS, MINERADORAS AGORA QUEREM DIVIDIR RISCOS

Os apostadores impetuosos abundam no negócio da mineração, onde bilhões são gastos na busca por filões em alguns dos lugares mais inóspitos do planeta. Mas a prolongada queda dos metais e os grandes prejuízos com projetos individuais anteriores estão tornando as principais produtoras avessas aos riscos.

“A indústria da mineração perdeu a coragem”, afirmou Mark Bristow, CEO da Randgold Resource, uma produtora de ouro na África com ações negociadas em Londres. “A nova moda são as joint ventures. Isso é muito estranho no caso das grandes mineradoras. Elas deveriam estar tranquilas em relação às suas capacidades.”

Neste momento de recuperação dos preços — que ajuda a viabilizar novamente os novos projetos —, produtoras de metais como Anglo American, BHP Billiton e Rio Tinto buscam parceiras para dividir o risco de investimento em vez de apostarem sozinhas como antes. A abordagem mais cautelosa é uma consequência da experiência de quase-morte do colapso das commodities em 2015 e também poderia limitar a recompensa para os acionistas durante um rali dos metais.

A mudança para um financiamento mais conservador surge em um momento em que o setor enfrenta um dilema central: a maioria das minas mais ricas em lugares mais seguros ou acessíveis já foram encontradas e construídas. Com isso, as empresas estão cada vez mais buscando desenvolver depósitos de minerais de menor qualidade e que podem estar em países de maior risco.

“Elas precisam investir mais para produzir menos”, disse Rob Crayford, gerente de fundo da New City Investment Managers, da CQS Asset Management, em Londres. “Muitos dos projetos existentes por aí não são tão bons assim.”

Parceiros de expansão

Ainda assim, apesar de continuarem bem abaixo de seus picos pós-recessão, os preços subiram o suficiente nos últimos 12 meses ou mais para que as empresas avaliem a recuperação dos planos de expansão que engavetaram na época de excedente. O índice de seis metais básicos da Bolsa de Metais de Londres, incluindo cobre e alumínio, subiu quase 50 por cento em relação a uma baixa registrada em janeiro de 2016. O ouro caminha para o maior ganho anual desde 2010 e o minério de ferro quase dobrou de valor em relação às mínimas históricas atingidas em 2015.

A S&P Global Market Intelligence estima que a perfuração para exploração de metais aumentou por cinco trimestres consecutivos, caminhando para seu início de ano mais rápido desde 2009, e há sinais de que o ritmo está acelerando.

As joint ventures certamente não são uma ideia nova. A gigantesca mina de cobre de Escondida, no Chile, é operada pela BHP, mas também é de propriedade da Rio Tinto e de empresas japonesas como a Mitsubishi. Mas o impulso para dividir mais riscos é um claro contraste em relação à expansão ocorrida no *bull market* anterior.

Ainda assim, o método mais corajoso de investir de forma solitária nos projetos pode ser o mais benéfico para os acionistas, segundo Bristow, da Randgold, cuja empresa construiu as suas três minas do zero, incluindo uma joint venture com a AngloGold Ashanti, de Johannesburg.

“Os projetos incipientes certamente são onde se deve colocar todo o dinheiro”, disse Bristow. “Mas muitas dessas empresas ainda estão lidando com o crescimento exagerado durante o superciclo.”

Fonte: Bloomberg

Autor: Thomas Biesheuvel

Data: 11/08/2017



THESE ARE THE MINING SECTOR'S SUGGESTIONS TO THE CANADIAN GOVERNMENT

The Mining Association of Canada together with the Prospectors and Developers Association of Canada issued a press release Monday highlighting the topics the industry would like government officials to address during the Energy and Mines Ministers' annual conference.

The conference, which is taking place in St. Andrew's by-the-Sea, New Brunswick, between August 14th and 15th, is a formal meeting of federal, provincial and territorial ministers responsible for energy and mining portfolios.

Taking into account that this year's overarching theme is “clean growth,” MAC and PDAC, in the name of a national coalition of mining associations gathered under the umbrella of the Canadian Mineral Industry Federation, detailed specific actions in six policy areas that, they believe, “should help unlock billions of economic activity across the country, address climate change, bolster reconciliation efforts with Indigenous peoples, and secure Canada as the world's top supplier of sustainably-sourced minerals and metals.”

In summary, they ask regulatory agencies, politicians, and policymakers for better coordination when it comes to issuing pre and post-environmental assessment permitting, with meaningful consultation; larger investments in health, education, skills training, and revenue-sharing mechanisms in Indigenous communities; a carefully designed climate change policy that is compatible across provinces and that “ensures the competitiveness of emissions-intensive and trade-exposed sectors;” a careful consideration of land use and withdrawals that takes into account mineral potential; the creation of the Canada Infrastructure Bank to support infrastructure building in remote and northern regions in order to “benefit both industry and local and Indigenous communities;” and increased support to industry's innovation investments related to sustainably-sourced minerals and metals.

But some First Nations groups are not on the same page as the miners. According to the Conservation Council of New Brunswick, a delegation of regional and national Indigenous and advocacy groups, backed-up by a 40,000-signature petition, are at the conference urging the ministers to do much more to protect the environment and communities affected by mining in Canada.

“We're not against ‘clean growth’ or ‘clean energy,’ but these must not be empty words. We're here to alert the public and our governments that there are still serious problems with the way mining is done in this country, and that there can't be any clean growth or clean energy without first having clean mining,” Jacinda Mack, who was affected by the Mount Polley mine disaster in British Columbia in 2014 and is now

a coordinator for the First Nations Women Advocating for Responsible Mining, is quoted as saying.

Environmentalists and community members present at the event are also there expressing their opposition to the Sisson Tungsten and Molybdenum Mine Project, which received federal environmental approval in June but which they say uses “the same facility design and water cover approach used at the failed Mt Polley Mine.”

Fonte: Mining

Autora: Valentina Ruiz

Data: 15/08/2017

ESTADO DE MINAS

ACIONISTA MINORITÁRIO TERÁ PAPÉIS MAIS VALORIZADOS NA MINERADORA VALE

Reestruturação acionária da mineradora dará ganho também a pequeno investidor, na visão de especialistas em finanças

A tendência é que a nova estrutura da mineradora Vale, que deixa de ter um controlador definido e passa a ingressar no chamado Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo (B3), nível de governança corporativa mais elevado, torne os papéis da companhia mais valorizados.

A mudança, de acordo com especialistas ouvidos pelo Estado de Minas, é benéfica tanto para grandes quanto pequenos investidores, inclusive aqueles que usaram o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para comprar ações da companhia.

Quem tem ações adquiridas com o FGTS não precisa se preocupar, pois os ativos já são da classe ordinária (ações com direito a voto).

Um dos termos do acordo prevê a conversão de ações preferenciais da Vale, sem direito a voto, em papéis ordinários, que dão direito a voto.

“As mudanças são benéficas e, para quem já tinha ação ordinária, os papéis vão continuar e ainda ganhar no ambiente do novo mercado, pois acredito que a empresa terá mais liquidez, será melhor vista pelos investidores estrangeiros e as ações vão se valorizar”, afirma o professor da Universidade de São Paulo (USP) José Roberto Savoia.

O especialista aposta que a alteração leve à adoção de práticas mais transparentes pela mineradora. Ele também afirma que, para acionistas que ainda detêm ações preferenciais, as condições para conversão estão bastante favoráveis.

A pulverização da Vale passa a valer com a incorporação da Valepar, holding que reúne o bloco de acionistas controladores formado por fundos de pensão estatais, BNDESPar, Bradespar e Mitsui.

A conversão, além de possibilitar a entrada da mineradora no novo mercado, torna o governo acionista minoritário. O presidente da Vale, Fabio Schvartsman, afirmou que a operação afasta a interferência de governo e seus impactos sobre a Vale. Antes da conversão, ele reforçava que a presença estatal interferia negativamente no valor da companhia.

O analista econômico-financeiro Miguel Daoud também considera que a reestruturação acionária da mineradora favorece grandes e pequenos investidores. “Quem tem ações e quiser lucro, pode vendê-las, pois a tendência é que as ações subam”, afirma Daoud.

Na prática, a pulverização da Vale não traz mudanças para o pequeno acionista. “Não muda nada, apenas transforma ações preferenciais em ordinárias, que dão direito a voto. Cada acionista pode ter, no máximo 25% da empresa, e a companhia fica mais difícil de ser manipulada”, explica o especialista, que considera a mudança “muito positiva”.

Até então, a governança da Vale tinha controle exercido, desde a privatização, em 1997, pela Valepar, com 33,7% do capital total e 53,8% das ações ordinárias. A composição societária da Valepar é de 49% nas mãos do Litel Participações, dos fundos de pensão; 21,2%, do Bradespar; 11,5%, do BNDESpar; e 18,2%, da Mitsui.

Capital Renovado

Depois de a mineradora ter alcançado um percentual de 84,4% de conversão voluntária de papéis preferenciais em ordinários (com direito a voto), encerrada na última sexta-feira, a Valepar passou a deter 44% das ações com direito a voto, percentual bem abaixo dos 51% que caracterizariam o controle da companhia. Quando todas as ações forem convertidas de preferenciais para ordinárias, esse grupo terá 41% do capital acionário.

De acordo com a mudança, pelo menos 20% do conselho de administração da Vale passará a ser composto por membros independentes e nenhum acionista poderá ter mais que 25% das ações, a menos que realize uma oferta pública de aquisição para os demais.

A ação Vale ON ATZ N1 encerrou ontem como a mais negociada na bolsa de valores, segundo relatório da BM&F Bovespa, com baixa de 0,58%, ao preço de R\$ 31,12. Questionada sobre o impacto da mudança sobre investidores que usam o FGTS, a Caixa não respondeu à reportagem do EM até o fechamento desta edição.

Desempenho

Quem é: A Vale é a maior produtora mundial de minério de ferro e pelotas, matérias-primas essenciais para a fabricação de aço

Desempenho: No segundo trimestre de 2017, apesar da crise econômica, a mineradora atingiu recorde de produção das minas de ferro de Carajás, no Pará, e de carvão;

Apesar da forte queda dos preços do minério de ferro no início do trimestre, a geração de caixa manteve-se forte, medida pelo EBITDA (lucro antes de juros, depreciação e amortização) ajustado, de US\$ 2,7 bilhões;

Foram pagos US\$ 1,5 bilhão em dividendos para os acionistas;

A produção de minério de ferro alcançou 91,8 milhões de toneladas de abril a junho último;

Fonte: Estado De Minas

Autora: Flávia Ayer

Data: 16/08/2017



ZINCO TEM A MAIOR ALTA DE QUASE UMA DÉCADA

Minério está se beneficiando do desenvolvimento chinês no setor de infraestrutura, além de um aumento nos preços do aço devido a cortes de capacidade, segundo um analista da ANZ em Sidney

O zinco chegou hoje (16) à maior alta em quase uma década, com preço de referência a US\$ 3.025 a tonelada, depois de subir 2,2% na Bolsa de Metais de Londres (LME), apenas quatro dólares abaixo de seu valor máximo desde outubro de 2007, US\$ 3.029. De acordo com Daniel Hynes, analista da ANZ em Sidney, o minério se beneficia do desenvolvimento chinês no setor de infraestrutura.

Além disso, o zinco, que é utilizado para galvanizar o aço, é favorecido por um aumento no preço do próprio aço, devido a um corte na capacidade produtiva do setor siderúrgico.

A valorização do zinco para acima dos US\$ 3.000 gerou compras técnicas, segundo indicou um operador. Ele ainda disse que alguns fundos esperam que o crescimento da China desacelere neste ano e apostam que o preço do metal caia para até US\$ 2.750 a tonelada.

Outro metal que está em alta é o alumínio, que chegou ao seu maior nível nos últimos 33 meses, devido a expectativas de forte demanda mundial, escassez e compras especulativas. Há três meses, o alumínio subia 1% na LME a US\$ 2.069 a tonelada, depois de alcançar os US\$ 2.075 a tonelada, seu maior nível desde novembro de 2014.

A produção chinesa de alumínio caiu 8,2% em julho devido a cortes na capacidade produtiva do metal. O país é responsável por produção de mais da metade de todo alumínio do mundo.

O cobre, por sua vez, teve alta de 1,3% e foi cotado a US\$ 6.459,50 hoje.

Segundo analistas, o sólido crescimento da China, principal país consumidor de metais no mundo, mostrou sinais de que a fraqueza em julho, dado que os custos de endividamento aumentaram e o mercado imobiliário freou, porém, a atividade continua firme, graças ao setor de construção.

O Fundo Monetário Internacional aumentou na terça-feira (15) sua projeção de expansão média anual da China para o período entre 2018-2020.

Fonte: Notícias de Mineração

Data: 16/08/2017

Bloomberg

PREÇO DO MINÉRIO DE FERRO VAI RECUAR JUNTO COM ECONOMIA CHINESA

Talvez a tonelada de minério de ferro na casa de US\$ 70 seja o melhor nível possível por um bom tempo. A valorização da commodity em junho e julho pode se reverter no segundo semestre, com a normalização da produção de aço na China a partir de um ritmo recorde, justamente no momento em que as mineradoras globais aumentam o volume produzido.

A demanda robusta que sustentou essa alta deve ficar mais fraca à medida que as siderúrgicas começam a reduzir a produção, de acordo com a Capital Economics. Citigroup, Sucden Financial, Axiom Capital Management e Academia Capital também preveem queda do preço.

"Havia suporte fundamental para a disparada do minério de ferro, especificamente o forte crescimento da produção siderúrgica na China", afirmou Caroline Bain, economista-chefe para commodities da Capital Economics. "Os estoques nos portos da China estão persistentemente elevados e, se a produção e a demanda de aço recuarem mais adiante, o que parece provável, então o preço do minério de ferro voltará a ficar sob pressão."

A cotação do minério de ferro foi puxada pela demanda da China. Usinas siderúrgicas se beneficiaram do aumento de preços e de margens de lucro generosas após o governo ter fechado alguma capacidade. Os empreendimentos restantes estão fabricando volumes recordes, ajudando a absorver oferta maior do Brasil e da Austrália e auxiliando mineradoras como a Rio Tinto Group e a brasileira Vale. Mesmo instituições não tão pessimistas em relação ao preço do minério, como a Clarksons Platou Securities, projetam alguma reversão.

Exageradamente pessimista

"Embora acreditemos que o mercado esteja exageradamente pessimista em relação ao minério de ferro, não esperamos que os preços continuem onde estão", afirmou Jeremy Sussman, diretor-gerente para metais e minérios da Clarksons Platou, que prevê queda para aproximadamente US\$ 60 no quarto trimestre, permanecendo nesse nível ao longo de 2018. Ele cita, entre os fatores que sustentam a cotação, as reformas na estrutura da oferta vinda da China e a disciplina demonstrada pelas quatro grandes mineradoras do mundo (Rio Tinto, Vale, BHP Billiton e Fortescue Metals Group).

O preço à vista da tonelada seca de minério com teor de 62 por cento de ferro entregue no porto de Qingdao caiu pelo quarto pregão consecutivo para US\$ 72,97 nesta quarta-feira, de acordo com a Metal Bulletin. A matéria-prima se recuperou em relação a um patamar mínimo próximo a US\$ 50 em meados de junho e atingiu US\$ 76,68 na semana passada, a maior cotação desde abril.

Dados da economia chinesa divulgados nesta semana sinalizaram desaquecimento. Índices que acompanham produção industrial, investimentos e consumo apresentaram resultados menores. O setor imobiliário - importante vetor da demanda por aço - também está perdendo fôlego. Yao Wei, economista-chefe para China do Société Générale em Paris, afirmou que o pico de crescimento deste ciclo "ficou

para trás", citando a menor expansão das vendas de residências, que funcionam como indicador antecedente.

Por ora, a produção de aço se mantém em níveis sem precedentes. Em julho, foram 74 milhões de toneladas ou 10 por cento a mais do que um ano antes. Ainda assim, a sazonalidade na China é de produção menor no segundo semestre.

Os embarques pelos maiores produtores devem chegar a 313,6 milhões de toneladas no terceiro trimestre, de acordo com relatório da Sanford C. Bernstein. "Há uma grande abundância de minério de ferro", declarou o responsável por pesquisa de commodities do Citigroup, Ed Morse, em entrevista à Bloomberg TV.

O fundo de hedge Academia Capital relata que compras de caráter especulativo ajudaram a impulsionar os preços de matérias-primas como o minério de ferro e que esses ganhos podem se reverter com a desaceleração do crescimento econômico na China.

Fonte: Bloomberg

Autora: Jasmine Ng

Data: 16/08/2017



CBPM DISPONIBILIZA SEUS DADOS AEROGEOFÍSICOS ATRAVÉS DE SOLUÇÃO WEB

A Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM), empresa vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado (SDE), lançou, em seu site, uma solução web que disponibiliza, para consulta e aquisição, todos os dados dos levantamentos aerogeofísicos realizados pela empresa, desde 1975, e que cobre todo o Estado da Bahia com essa importante ferramenta de prospecção mineral.

A Bahia possui uma cobertura aerogeofísica regional de alta resolução, com os métodos magnetométrico e gamaespectrométrico em 100% do seu território. Oriunda dos levantamentos executados pela CBPM, complementada por outros realizados no Estado pelo Serviço Geológico do Brasil (CPRM), pela Agência Nacional do Petróleo e Biocombustíveis (ANP) e pela Petrobras, esses produtos estão agora à disposição, via uma prática solução WEB, a todos os interessados.

A CBPM executa e disponibiliza levantamentos aerogeofísicos sistematicamente, permitindo ao setor privado o acesso a um grande volume de informações seguras, que sinalizam oportunidades em busca de novas jazidas minerais. Pensando nisso, a ferramenta foi concebida e viabilizada por sua equipe técnica, envolvendo as áreas de geoprocessamento e geofísica, com apoio de serviços técnicos especializados externos. Toda a engenharia do projeto foi desenvolvida procurando facilitar a utilização do aplicativo por usuários de diversas áreas do conhecimento.

De acordo com o geofísico da CBPM, Ives Garrido, "a aerogeofísica é a essência da exploração mineral técnico-científica moderna e que são necessárias ações efetivas para disponibilização dos produtos dos aerolevantamentos. Por isso, para incentivar o uso desses produtos, a CBPM está divulgando, através do seu website, todo o acervo de dados aerogeofísicos do Estado da Bahia".

A nova ferramenta pode ser acessada a partir da página inicial do site da empresa no ícone "[Levantamentos Aerogeofísicos](#)" no menu do lado direito (veja imagem abaixo). Ao acessar a nova página são visualizados no topo um menu de navegação com os ícones do Mapa Índice, Pesquisa e Aquisição. O "Mapa Índice" mostra um mapa da Bahia dividido em áreas correspondentes aos levantamentos aerogeofísicos realizados. Ao clicar sobre uma das áreas é aberta uma nova página com as informações básicas do projeto aerogeofísico. É possível também obter imagens temáticas georreferenciadas (Geotiff) e no formato PDF. O menu "Pesquisa" dá acesso a uma listagem dos projetos, com opção de filtrar a busca por nome, ano de início e final da execução, método aerogeofísico utilizado e o tipo de disponível. No ícone "Aquisição" o internauta tem todas as informações sobre os procedimentos para adquirir os produtos dos levantamentos aerogeofísicos com uma tabela de preços atualizada.

Segundo o diretor técnico da CBPM, Rafael Avena Neto, "essa é mais uma ferramenta de fomento mineral que a empresa disponibiliza para os interessados em pesquisar as riquezas minerais da Bahia, pois disponibiliza para o público todos os projetos da CBPM, em escala de semi-detalhe, permitindo o download dos projetos".

Fonte: CBPM

Autor: Amarildo Barbosa

Data: 17/08/2017



MINERADORAS PRECISAM SE PREPARAR PARA AUMENTO DOS TRIBUTOS

Segundo a consultoria em mineração Chiavini & Santos, apesar de diminuir burocracia no setor, a reforma no Código de Mineração irá encarecer a atividade no país

A reforma proposta pelo governo no Código de Mineração irá encarecer a atividade no país e, com isso, as empresas precisam estar preparadas para o aumento de tributos. A afirmação é da consultoria em mineração Chiavini & Santos, que avalia que empresas de pequeno porte terão mais dificuldade a partir de agora.

"Será ainda mais difícil que uma empresa de menor porte consiga competir com as grandes empresas de mineração. Os processos serão agilizados e as áreas em disponibilidade serão leiloadas em lotes", afirma a engenheira de minas e consultora da C&S, Olga Regina Araújo Soares.

A alteração reforma anunciada pelo governo no dia 25 de julho, por meio de três Medidas Provisórias no Programa de Revitalização da Indústria Mineral Brasileira, além de mudar uma série de regras no setor, mexe também na base de cálculo e nas alíquotas da cobrança de royalties, repasse destinado ao governo pelo direito de exploração de minas.

De acordo com Olga, uma das principais mudanças anunciadas que vai mexer diretamente no bolso do minerador é a alteração no tributo da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), valor pago por todas as empresas que atuam no setor. As regras do imposto passam a valer em novembro deste

ano. A engenheira de minas diz que o aumento das alíquotas pode afetar principalmente as empresas que exploram minerais com menor valor agregado.

"Avaliando pelo ponto de vista dos empresários, as medidas pretendem reduzir a burocracia, ao mesmo tempo em que aumentam significativamente os valores das alíquotas cobradas", diz.

Com as novas regras, o governo vai aumentar a arrecadação cobrando a CFEM sobre a receita bruta das mineradoras, e não pelo faturamento líquido, como é procedido atualmente. "Hoje os mineradores pagam o tributo descontando parte dos custos de produção. A partir do momento que esse imposto passa a ser baseado na receita bruta, o valor que vai para os cofres públicos aumenta", declara Olga.

Produtos comercializados para indústrias, como o calcário, filito, entre outros, podem ficar mais caros com as novas determinações. Os produtos utilizados na construção civil não devem sofrer aumento.

Segundo o Ministério de Minas e Energia, que editou a medida provisória, nada muda em relação à divisão dos recursos recolhidos das mineradoras aos entes federativos. A União continua a receber 12% do valor, os estados 23% e os municípios 65% do total recolhido. Ainda de acordo com informações do Ministério, a nova forma de cobrança trará mais segurança jurídica à cobrança, e evitará gastos com ações judiciais.

Leis alteradas

Medida Provisória nº 789, de 25 de julho de 2017 - altera alíquotas e formas de cobrança da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM. (Diário Oficial da União, Atos do Poder Executivo, Seção 1, página 1);

Medida Provisória nº 790, de 25 de julho de 2017 - dispõe sobre regime especial para exploração e aproveitamento das substâncias minerais que especifica e dá outras providências alterando o Código de Mineração e a Lei nº 6.567 de 24 de setembro de 1978. (Diário Oficial da União, Atos do Poder Executivo, Seção 1, página 3);

Medida Provisória nº 791, de 25 de julho de 2017 - cria a Agência Nacional de Mineração e extingue o Departamento Nacional de Produção Mineral. (Diário Oficial da União, Atos do Poder Executivo, Seção 1, página 4);

Portaria nº 70.590, de 25 de julho de 2017 - altera a Consolidação Normativa do Departamento Nacional de Produção Mineral, Portaria nº 155 de 12 de maio de 2016, e dá outras providências. (Diário Oficial da União, Ministério de Minas e Energia, Seção 1, página 149).

Fonte: Notícias de Mineração

Data: 18/08/2017



MINERADORA QUER "SELO" DO NOVO MERCADO

O novo acordo de acionistas da Vale, que vai vigorar até 2020, reúne todas as condições para a empresa migrar para o Novo Mercado da B3. Mas ainda falta uma etapa importante que é conseguir a adesão de 15,6% de preferencialistas que não

trocaram seus papéis por ações ordinárias no período de conversão encerrado na sexta. Gueitiro Genso, presidente do conselho de administração da Vale, disse que não teria como dizer qual deve ser a opção para trazer esses donos de ações PNA, se poderia haver uma nova conversão voluntária ou se a mineradora poderia fazer uma conversão mandatória (obrigatória). "Não temos hoje como dizer se vai ser a ou b. Mas o que podemos dizer, como representantes dos acionistas, é que o que iria acontecer em três anos [a migração para o Novo Mercado] vamos apoiar para que seja o mais rápido possível", disse Gueitiro.

Os controladores de Vale entendem que o Novo Mercado é um "selo" que gera valor para a companhia. Gueitiro disse que independentemente dessa migração a Vale incorporou práticas de governança que atendem às exigências do Novo Mercado. A partir de agora, o centro de decisão da companhia passa a ser o conselho de administração. Até então muitas das decisões eram discutidas no conselho da Valepar, a holding que controlava a Vale. Em meados outubro, haverá uma assembleia da mineradora para escolher dois conselheiros independentes. O conselho da Vale passará a ser assessorado por cinco comitês, e foi reduzido o número de temas que podem passar por reunião prévia. Haverá reuniões prévias somente para temas opcionais.

Fonte: Valor

Autor: Francisco Góes

Data: 18/08/2017



COMO GARANTIR A SEGURANÇA DAS BARRAGENS?

Cerca de um ano e meio depois do rompimento da barragem do Fundão, acidente que foi considerado por alguns como uma espécie de "11 de setembro" para a mineração brasileira, o governo, através do DNPM, decidiu adotar regras mais rigorosas de controle das barragens de rejeito. Pelo menos no papel (ou melhor, no computador, já que o sistema agora passou a ser eletrônico), vai dar para acompanhar melhor como estão os depósitos de contenção de rejeitos no País, se as estruturas estão estáveis, se há riscos de rompimento e se as empresas estão realmente preparadas para adotar as medidas necessárias no caso da ocorrência de situações de emergência.

As medidas agora adotadas eram realmente necessárias, porque não há como negar que a fiscalização tinha deficiências e uma prova é que os acidentes mais recentes, além de não terem sido evitados, sequer foram previstos. Se o fossem, certamente os danos provocados seriam menores, porque haveria tempo para a adoção de medidas que minimizariam os danos materiais e humanos causados pelos acidentes. É notória a deficiência dos órgãos de fiscalização, seja em termos de recursos financeiros ou de pessoal adequadamente preparado para acompanhar o grande número de barragens existente (só em Minas Gerais há mais de 700). E se os órgãos não forem dotados desses recursos e de pessoal capacitado, as novas regras podem não ter o efeito que se espera.

O despreparo dos órgãos oficiais tem levado à adoção de medidas às vezes sem justificativa técnica, como é a intenção anunciada pelo governo de Minas Gerais de não mais permitir o licenciamento de barragens com alteamento a montante. Como se

o método adotado no projeto e construção fosse a causa principal do acidente. Os especialistas na matéria são categóricos em afirmar que não há um método ideal de construção de barragem de rejeitos e que a barragem com alteamento a montante pode ser perfeitamente segura, desde que a barragem seja adequadamente projetada, construída e operada.

Em razão disso, seria altamente desejável que as novas normas do DNPM tivessem como resposta por parte das companhias mineradoras uma maior conscientização dos riscos que uma barragem de rejeitos tratada de forma negligente pode representar para os seus empreendimentos. Que um acidente pode inviabilizar a continuidade de uma empresa. Isto quer dizer que mais importante do que a fiscalização oficial é a autofiscalização, feita realmente com o intuito de assegurar que a barragem se encontre estável e que a empresa está de fato preparada para reagir adequadamente a eventual situação de emergência. E, no caso da auditoria externa, ter a certeza de que está sendo feita com o imprescindível rigor técnico e com a necessária independência. Quantas empresas podem realmente assegurar, hoje, que suas barragens estão perfeitamente seguras?

Também é importantíssimo que haja um movimento de conscientização da sociedade.

Em primeiro lugar, que não há como se viver hoje sem aquilo que os bens minerais proporcionam.

E, em segundo, que não há como extrair os bens minerais sem gerar rejeitos.

Além disso, é preciso mostrar que esses rejeitos podem ser perfeitamente bem gerenciados e os riscos, minimizados.

Portanto, se as novas normas não forem efetivamente implementadas, os órgãos oficiais devidamente aparelhados e as empresas se conscientizarem de uma vez por todas de que a sociedade não pode ficar sujeita a suas negligências, é possível venhamos a ter outro "11 de setembro" na mineração no futuro próximo.

Fonte: Brasil Mineral

Autor: Francisco Alves

Data: Edição Junho 2017



A EVOLUÇÃO DAS TERRAS RARAS NO BRASIL

Em novembro de 2015, o CETEM (Centro de Tecnologia Mineral) realizou o “III Seminário Brasileiro de Terras Raras” (bianual, a partir de 2011). Ainda em novembro de 2015, a Associação Brasileira do Desenvolvimento da Indústria (ABDI) e a CBMM (Cia. Brasileira de Mineração e Metalurgia) realizaram o “Seminário de Integração da Cadeia de ETR”, em Araxá/MG. Nesse evento, a CBMM apresentou a sua usina piloto de tratamento e obtenção de “Terras Raras” (ETR), além de estabelecer contatos com todos os agentes envolvidos na cadeia produtiva desse setor. Em setembro de 2015, foi realizado o workshop “Brasil e Alemanha de Terras Raras” em Brasília (DF). Esses eventos têm o grande papel de promover articulação pública e privada, o desenvolvimento de tecnologias, a identificação de sinergias (financeiras,

operacionais, estratégicas, etc) e de apoiar a governança da cadeia produtiva de terras raras, além de divulgar as ações e projetos.

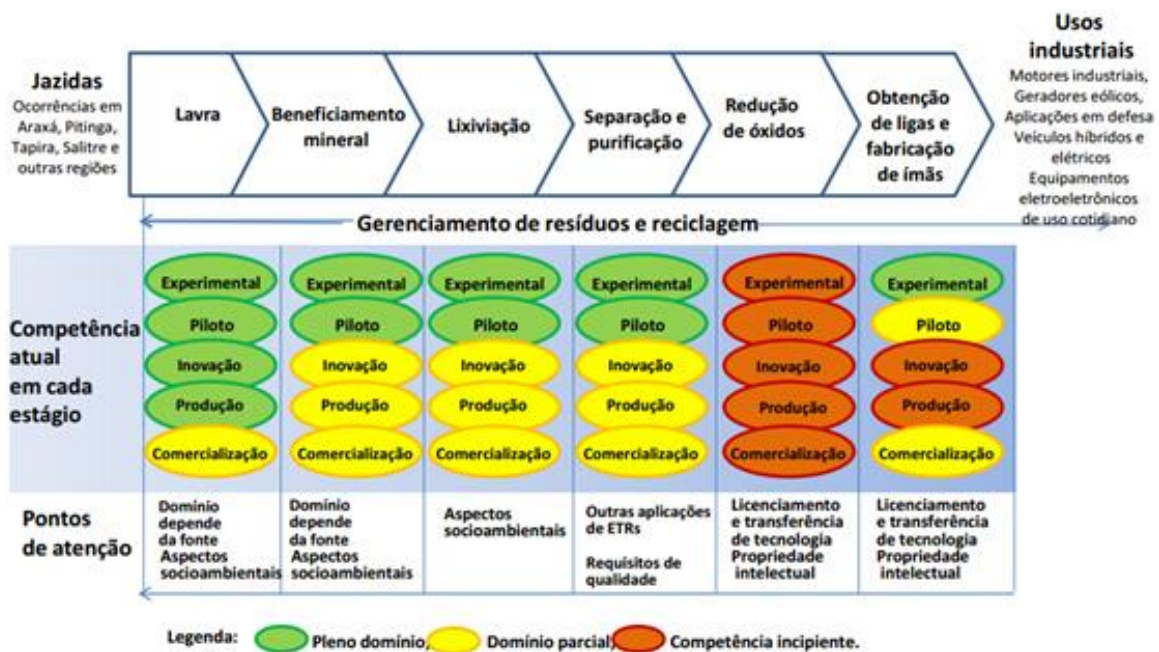
Um outro fator a ser destacado é a importância da convergência das políticas públicas e privadas visando a sua integração, obtenção de sinergias e fortalecimento da competitividade setorial. Nesses eventos, empresas como a Siemens avaliam a formação de parcerias, a exemplo do que já fez na Austrália com a mineradora Lynas. A integração da oferta e procura ao longo da cadeia produtiva, o fortalecimento do mercado interno e o desenvolvimento de modelos de financiamento são outros pontos de destaque.

Destaca-se que o Brasil passou a ser a 2ª maior reserva mundial de Terras Raras com a incorporação de expressivas reservas em Minas Gerais (MG) e Goiás (GO) detendo, ao final de 2012, cerca de 16% do total mundial. A produção de terras raras no Brasil é da ordem de 600 t anuais, mas novos projetos irão propiciar uma substancial elevação em termos quantitativos e qualitativos. Em 2012, as importações de terras raras no Brasil foram da ordem de US\$ 36 milhões e, com os novos projetos, o país se tornará exportador, além de vivenciar um salto de domínio de tecnologias ao longo de toda cadeia produtiva.

Cadeia Produtiva de Terras Raras no Brasil

Os projetos desenvolvidos pela CBMM estão impactando na evolução do conhecimento associado à produção de óxidos, ligas e fabricação de ímãs, conforme apresentado no III Seminário Brasileiro de Terras Raras.

Conforme pode ser verificado na Figura 01, a seguir, a cadeia produtiva tem uma grande complexidade e envolve diversos riscos (financeiro, geológico, tecnológico, mercado, operacional, político e ambiental).



O objetivo é o domínio tecnológico dos processos de separação e refino dos elementos de terras raras visando a produção de seus óxidos, sais e metais em estado de levada pureza e características morfológicas que atendam a necessidades da indústria de ponta (setores óptico, eletroeletrônico, informática, cerâmica fina, energia e transporte).

Os eixos de atuação no desenvolvimento da cadeia produtiva de ETR no Brasil são a busca do domínio tecnológico, o desenvolvimento de operação piloto e a produção competitiva e sustentável em escala econômica. Os estudos mercadológicos, identificação das empresas envolvidas, novos usos e aplicações e atração de investidores tem um importante papel na consolidação da cadeia produtiva. O acesso a fontes de fornecimento de matéria prima é um relevante fator de competitividade e atração de investimentos.

Para desenvolver as Terras Raras no Brasil, citamos uma série de políticas públicas adotadas para apoiar o setor:

Desenvolvimento de PD&I e RH/FINEP/CETEM e pesquisas em universidades;

Estudos prospectivos via CGEE – Programa ETR-BR e “roadmap estratégico” (CGEE)/Plano Brasil Maior(ABDI)/;

Plano Nacional de Mineração (PNM’2030)/GT de coordenação/Estudos prospectivos;

Apoio CPRM/SGB (levantamentos geológicos e estudos setoriais);

Apoio das Universidades e Centros de Pesquisa (CETEM, INB, Universidades, etc);

Articulação público-privada e apoio do BNDES (linhas de apoio e financiamento);

Plano Nacional de Mineração e Plano Brasil Maior (MME/ABDI);

Pesquisa na Plataforma Continental Marítima (Amazônia Azul);

Apoio à pesquisa de projetos inovadores e chamadas públicas para pesquisa.

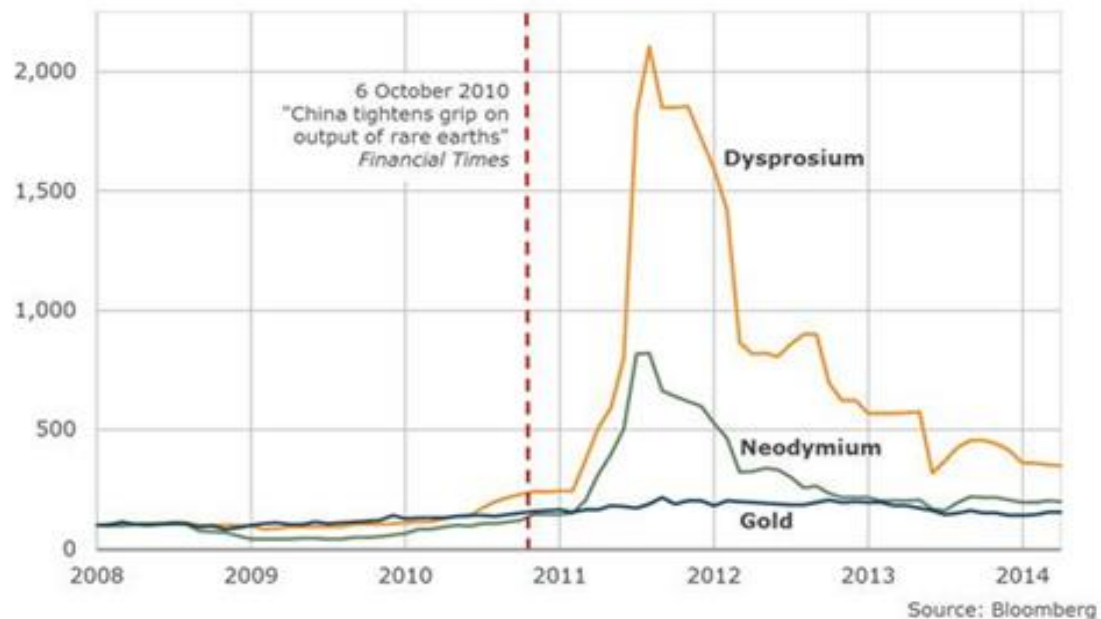
O modelo de chamadas públicas (44/2010 e 76/2013) estimulou a retomada das pesquisas tecnológicas envolvendo Terras Raras e apoia a formação de recursos humanos visando agregar valor, promover e adensar o conhecimento e desenvolver a sustentabilidade e competitividade da cadeia produtiva desses elementos no Brasil. Para exemplificar, somente na chamada 76/2013, foram enviadas 96 propostas envolvendo 47 instituições, além de identificadas 221 linhas de pesquisa e 396 especialistas.

Cotações de Terras Raras

Após o pique das cotações em 2011, fatores como novos projetos, produtos substitutos, redução do crescimento da economia mundial e da China causaram a queda dos valores. Os ETR Nd, Pr, Tb, Dy e Eu são as cinco terras raras mais caras. O Lantânio tem importante aplicação em catálise no refino de petróleo e seu consumo anual no Brasil é de 900 t. Os projetos iniciantes na produção de terras raras devem levar em conta que o seu concentrado tem baixíssimo valor comercial e a separação de óxidos é essencial para agregar valor e rentabilidade. É importante destacar que alguns elementos de terras raras tem um potencial de crescimento das cotações devido às suas aplicações, principalmente as “terras raras pesadas”. Toda reserva de terras tem o seu mix de elementos (das terras raras leves até as pesadas), que impactam fortemente na viabilização dos projetos.

Rare earth metal prices compared with gold

% of January 2008 price



Projetos de Terras Raras

A produção de terras raras no Brasil já mostra um amplo potencial com diversos projetos nas suas mais variadas etapas de avaliação e implementação. Cabe destacar o pioneirismo e vanguarda da CBMM, cujo projeto se encontra em fase bastante adiantada. Além de ocorrências e reservas já identificadas, podemos citar a possibilidade de identificar ETR como subprodutos em diversos projetos já em produção, através de reciclagem, reaproveitamento de barragens de rejeito e de pilhas de estéril seletivas, novas áreas a serem pesquisadas e projetos diversos de fosfato e minerais. Existe, ainda, um potencial a ser avaliado em pesquisas na Plataforma Marítima. Citamos, abaixo, algumas potencialidades e projetos:

- CBMM (Araxá/MG);
- Serra Verde (Minaçu/GO);
- Pitinga/Mineração Taboca (Presidente Figueiredo/AM);
- Vale e Anglo American (Catalão/GO);
- ValeE (Araxá, Tapira, Salitre /MG)
- Primestar Mineração (Projeto Morro do Ferro/MG);
- MbAC (ativos minerários em Araxá/MG);
- Placers (areia monazítica – diversos no Brasil);
- Seis Lagos (SGB/CPRM);
- Rejeitos da INB em Caldas/MG;
- Mineração Mata Azul (Tocantins).

Desafios

O maior desafio é a consolidação sustentável da cadeia produtiva de ETR no Brasil. E, nesse ponto, o apoio das políticas públicas é fundamental, a exemplo do desenvolvimento e apoio inicial de setores como minério de ferro, fosfato e outros minerais em décadas passadas que exigiram, também, uma consolidação da infraestrutura. Após a explosão das cotações dos ETR, fornecimento inseguro, redução

de vulnerabilidades e da política chinesa de impor cotas de exportação, diversos países iniciaram pesquisas, avaliações, parcerias e análises de novos projetos. A complexidade dos projetos de ETR exigem uma cuidadosa avaliação geológica, geometalúrgica, caracterização mineralógica e de testes de beneficiamento e de rota tecnológica.

Conclusões

A manutenção dos levantamentos geológicos e do inventário das ocorrências e reservas de Terras Raras e sua caracterização tecnológica devem ser continuamente estimuladas. Por outro lado, o adensamento da cadeia produtiva também deve ser priorizado, uma vez que os concentrados de terras raras tem um valor bem menor. A China praticamente obriga empresas estrangeiras de alta tecnologia a se instalar no país, o que possibilita um virtual monopólio ao longo de toda a cadeia de valor de terras raras. A demanda crescente por ETR nas diversas áreas de alta tecnologia, como super-ímãs, catalisadores FCC, fósforos para LEDs e baterias será um elemento crucial para a elevação das cotações de ETR. Diversos países buscam uma garantia de suprimento estável e, por outro lado, a redução da utilização desses insumos e/ou substituição por outros minerais.

Devem ser estimulados, também, os estudos econômicos do aproveitamento dos ETRs das empresas de mineração que estão descartando seus rejeitos ou pilhas de estéril, de forma a verificar se o descarte é justificável ou se há viabilidade no seu aproveitamento econômico (atual ou futuro). A avaliação quanto à colocação de parte do “estéril” em pilhas seletivas deverá ser cada vez mais estimulada em todo setor mineral. O descarte de itabiritos mais pobres é um exemplo de sucesso, uma vez que já estão sendo aproveitados economicamente em diversos projetos em Minas Gerais pela Vale.

A manutenção das políticas públicas no Brasil deve ser continuamente avaliada e discutida até que todo o ciclo da cadeia produtiva das “Terras Raras” esteja implementado com competitividade e sustentabilidade. Para tanto, há a necessidade de desenvolvimento e consolidação de mercado demandante interno de produtos acabados (óxidos, metais e ligas).

Fonte: In The Mine

Autor: Mathias Heider

Data: 10/08/2017



US RESEARCHERS FIND UNEXPECTED NEW SOURCE OF MUCH-NEEDED LITHIUM

Supervolcanoes could hold the key to supplying the key element needed for rechargeable batteries used in high tech devices and electric cars

US scientists say they have discovered a new source of lithium, a key element in the manufacturing of battery-powered electric cars and other renewable energy technologies: supervolcanoes.

In a study published today in Nature Communications, the team at Stanford University say lake sediments within unusually large volcanoes can host lithium-rich clay deposits, which would be an essential step toward diversifying the supply of the metal.

Currently, most of the lithium supply that powers modern electronics is found at salt flats in Chile and rock formations in Australia, but the experts believe their discovery could open the door to several other countries to jump into the lithium-producing wagon, particularly the US.

“The demand for lithium has outpaced the scientific understanding of the resource, so it’s essential for the fundamental science behind these resources to catch up,” the main author of the study, Thomas Benson, said in a statement.

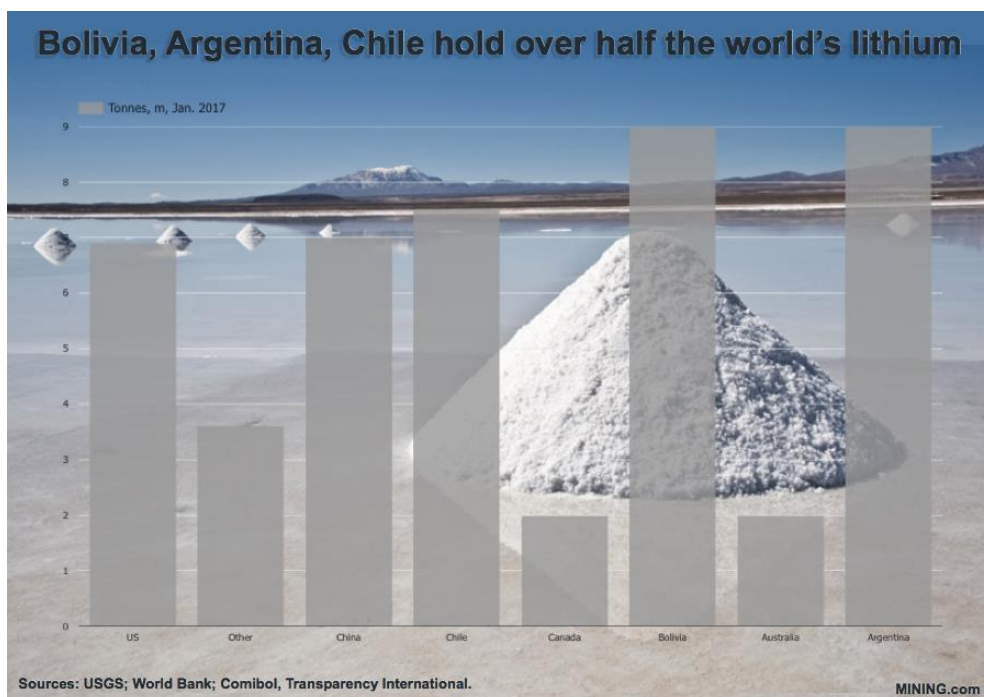
“We’re going to have to use electric vehicles and large storage batteries to decrease our carbon footprint,” Gail Mahood, co-author of the study and professor of geological sciences at Stanford University added. “It’s important to identify lithium resources in the US so that our supply does not rely on single companies or countries in a way that makes us subject to economic or political manipulation,” he noted.

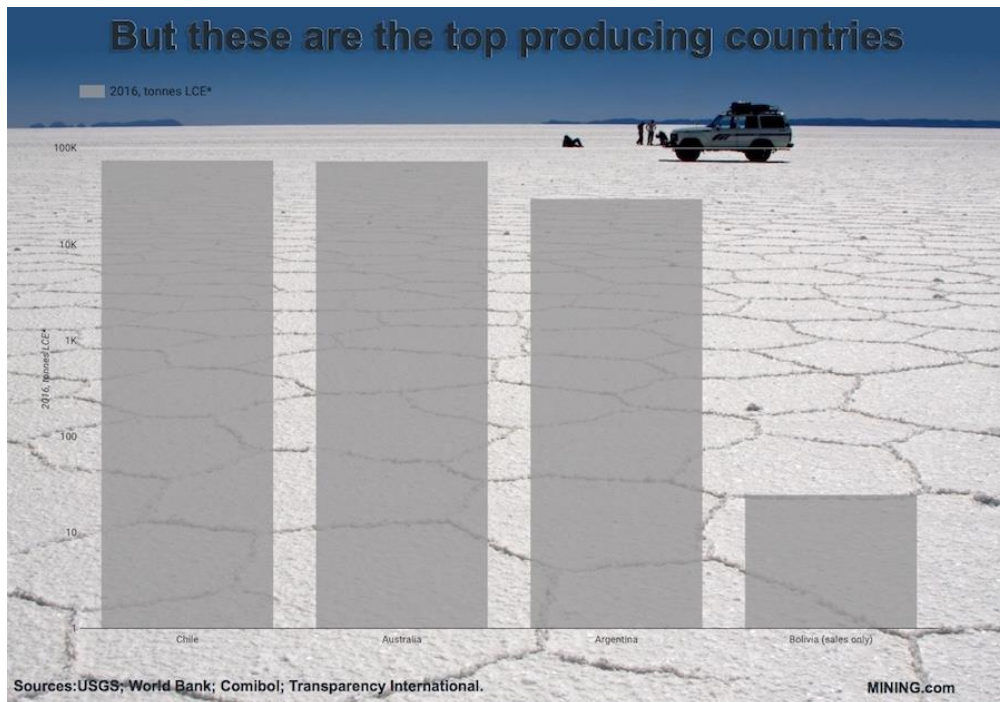
Supervolcanoes are much larger than ordinary volcanoes and erupt at least 1,000 cubic kilometers of material in one eruption. They look like huge holes in the ground, known as calderas, rather than the cone-like shape typically associated with regular volcanoes.

Over tens of thousands of years, rainfall and hot springs leach out lithium from the volcanic deposits, and the lithium accumulates, along with sediments, in the caldera lake where it becomes concentrated in clay, the researchers say.

Not every supervolcano leaves behind such bountiful lithium and other rare metals essential to building the 21st century energy infrastructure. But the calderas along the relatively thick crust found in western US are particularly good candidates for such deposits, and Benson says most of them remain unexplored.

The finding comes as more companies, including carmakers such as Volvo, try competing with electric vehicles leader Tesla, by producing environment-friendly models.





Fonte: Mining

Autor: Cecilia Jamasmie

Data: 16/08/2017



JAGUAR DESCOBRE INTERSEÇÃO DE ALTO TEOR EM PILAR

A Jaguar Mining disse ontem (16) que as atividades de exploração para ampliar recursos e reservas da mina Pilar encontrou interseções com teor de 10,8 gramas de ouro por tonelada ao longo de 29,3 metros e com uma espessura estimada real de 22,5 metros

"Essa interseção junto com outras altamente significativas interseções de sondagem confirmam a esperada continuidade de mineralização de ouro de alto teor dentro do principal pacote de corpo mineral em mergulho, ao longo de uma distância considerável", diz a Jaguar em nota.

O resultado acima, que faz parte da exploração de formações bandadas de minério de ferro (BIF, na sigla em inglês), inclui 17,3 g/t Au, em 10,2 metros e outros resultados: 4,6 g/t Au em 34,2 metros; 9 g/t Au em 7,6 metros; 6,8 g/t Au em 29 metros; e 5,5 g/t Au em 6,5 metros. A sondagem em Pilar atingiu 300 metros abaixo do nível mais profundo da mina e as descobertas confirmam o aumento previsto da espessura da mineralização.

Os investimentos em sondagem de exploração da Jaguar, que opera três minas no Estado de Minas Gerais, em áreas próximas às minas em operação incluem quatro furos, que somam 1.689 metros na mina Pilar.

"Durante o primeiro semestre de 2017, a Companhia se dedicou a reduzir os custos desembolsáveis, gerando fluxo de caixa operacional e mantendo uma abordagem disciplinada na alocação de capital corrente, o que permitiu à empresa empregar capital em atividades chave de exploração", diz a nota.

A mineradora também diz que obteve autorizações de pesquisa consideradas estratégicas para áreas próximas que aumentam em aproximadamente 15% a área da mina de Pilar. "Em Turmalina, três plataformas de sondagem adamantada começaram a sondagem de exploração que visa extensões em mergulho, abaixo dos níveis atuais da mina e da infraestrutura, tanto no Corpo Mineral A quanto no C", declara o comunicado.

Fonte: Notícias de Mineração

Data: 17/08/2017

